

## O PAPEL DA FILOSOFIA E SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO E OS EFEITOS DO SEU DESMONTE NO ESTADO DE SÃO PAULO

### THE ROLE OF PHILOSOPHY AND SOCIOLOGY IN HIGH SCHOOL EDUCATION AND THE IMPACT OF THEIR REDUCTION IN SÃO PAULO STATE

Adenilson Cardoso dos Santos Rocha<sup>1</sup>  
Lúcio Álvaro Marques<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar os efeitos da redução das aulas de Filosofia e Sociologia no ensino médio, no Estado de São Paulo, especialmente no que diz respeito à formação dos estudantes. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de caráter crítico-interpretativo, por meio de análise discursiva de respostas de professores da rede pública estadual, coletadas por meio de questionário on-line, utilizando como base os conceitos desenvolvidos por Michel Foucault (1987, 2019). A partir dessa abordagem, busca-se compreender as estratégias discursivas utilizadas para legitimar essa política de redução das disciplinas e os impactos dessa decisão na construção do conhecimento e na formação de indivíduos críticos e conscientes. A análise revela que a diminuição dessas matérias representa um retrocesso significativo no sistema educacional brasileiro, uma vez que enfraquece o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos e sua capacidade de participar ativamente na sociedade. Esse enfraquecimento da educação para a cidadania coloca em risco os princípios democráticos, já que limita a formação de sujeitos capazes de questionar, refletir e atuar de maneira autônoma e responsável, diante dos desafios sociais e políticos do país. Assim, a pesquisa evidencia a importância da Filosofia e Sociologia como componentes essenciais para a formação integral dos jovens.

**Palavras-chave:** Filosofia; Sociologia; Foucault; discurso; poder.

#### ABSTRACT

*This article aims to investigate the effects of the reduction of Philosophy and Sociology classes in upper secondary education in the state of São Paulo, Brazil, particularly with regard to student formation. To this end, qualitative-quantitative research with a critical-interpretative approach was conducted, based on the discursive analysis of responses from teachers in the state public school system, collected through an online questionnaire. The analysis is grounded in the concepts developed by Michel Foucault (1987, 2019). From this perspective, the study seeks to understand the discursive strategies employed to legitimize the policy of reducing these subjects*

1 Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professor da Rede Municipal de Ensino de Uberaba. E-mail: adenilsoncard@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7067-2262>

2 Bolsista de Produtividade em Pesquisa PQ-C. Processo 303781/2024-6 (CNPq). Professor na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Membro do Laboratório de Filosofia e Ciências Sociais (LAFICS). Coordenador do grupo de pesquisa Studia Brasiliensia (CNPq) e da Série Scripta Brasiliana, da Editora Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Contato: [lucio.marques@uftm.edu.br](mailto:lucio.marques@uftm.edu.br). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7571-0977>

*and the impacts of this decision on knowledge construction and the formation of critical and conscious individuals. The findings reveal that the reduction of these disciplines represents a significant setback in the Brazilian educational system, as it weakens the development of students' critical thinking and their ability to participate actively in society. This weakening of education for citizenship jeopardizes democratic principles by limiting the formation of subjects capable of questioning, reflecting, and acting autonomously and responsibly in the face of the country's social and political challenges. Thus, the study highlights the importance of Philosophy and Sociology as essential components of the comprehensive education of young people.*

**Keywords:** Philosophy; Sociology; Foucault; discourse; power.

## INTRODUÇÃO

A redução das aulas de Filosofia e Sociologia no ensino médio paulista, intensificada em 2024 pelo governo do Estado, indica um fenômeno alarmante que transpassa a esfera educacional, integrando-se a um panorama mais amplo de disputas por poder e controle do conhecimento

Tal fato pode ser explicado tendo como parâmetro os pressupostos teóricos de Michel Foucault, uma vez que, conforme indicam Caciano e Silva (2012), a partir de uma análise histórica, Foucault percebeu no exército, nas fábricas, nas prisões e nas escolas da Idade Moderna mecanismos de vigilância e adestramento no tocante ao corpo e à mente dos indivíduos. O poder, então, busca adestrar o corpo por meio de normas e punições, gerando assim um cidadão que não confronte as normas estabelecidas pelo poder.

Foucault (1987), como crítico da instituição escolar, indica que a escola busca obter um sujeito cada vez mais submisso. Tal situação se dá até mesmo com a distribuição dos alunos no espaço estudantil, que se realiza de maneira a deixá-los cada vez mais apáticos. Essa tendência não é um caso isolado de São Paulo. Ela ocorre também em outros estados do Brasil. Sabe-se que, atualmente, temos um projeto político que privilegia a formação técnica e profissionalizante, enquanto desvaloriza as humanidades, fundamentais para o desenvolvimento intelectual por meio do pensamento crítico e da capacidade de questionamento do sistema.

Este artigo busca investigar as consequências dessa política para a formação integral dos estudantes e para a sociedade como um todo. A partir do referencial teórico de Michel Foucault (1987, 2019), busca-se desnudar os subterfúgios discursivos alçados para legitimar essa escolha política e os seus impactos na disseminação de conhecimento e na formação de cidadãos com capacidade de questionar e resistir às imposições sociais.

Um dos aspectos principais desta análise é a justificativa largamente utilizada: a necessidade de formar mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado de trabalho. Tal argumento é, em muitos casos, empregado de forma a reforçar uma visão pragmática e utilitarista da educação, que prioriza competências técnicas em detrimento da reflexão sobre questões éticas, sociais e políticas. Essa ênfase na qualificação técnica, embora justificada por questões econômicas e de empregabilidade, carrega implicações profundas. Ela não apenas limita o horizonte de conhecimento dos estudantes, mas molda cidadãos mais passivos e conformados, cuja formação atende mais aos interesses do poder hegemônico do que à necessidade de uma sociedade engajada e reflexiva.

Para exemplificar o argumento, fizemos a análise discursiva de entrevistas feitas com 15 professores da rede de ensino paulista que permitirá demonstrar como tal política educacional configura um retrocesso significativo na educação dos discentes atendidos pela rede pública estadual. Além disso, será debatido como essa medida afeta não só a formação de cidadãos críticos, mas também representa uma ameaça à democracia, pois enfraquece as bases para o debate público e para a participação ativa no desenvolvimento do futuro brasileiro. Portanto, analisaremos o quanto a suposta valorização de um ensino tecnicista pode custar à sociedade em termos de desenvolvimento humano, fortalecimento das instituições de ordem democrática e justiça social.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se insere no campo das investigações quali-quantitativas, pautando-se por uma perspectiva crítico-interpretativa, cujo foco recai sobre os sentidos manifestos nos discursos de professores da rede pública do estado de São Paulo acerca da redução das aulas de Filosofia e Sociologia no ensino médio, portanto, o componente quantitativo limita-se à caracterização do perfil dos participantes.

O estudo fundamenta-se no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação foucaultiana, configurando-se como um modo de problematizar enunciados frente às suas condições de emergência e aos seus efeitos de verdade no interior de relações de poder. A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se no fato de que o fenômeno investigado se concentra em dimensões simbólicas, políticas e subjetivas, que são elucidadas por esse caráter metodológico.

Sendo assim, busca-se compreender como os professores concebem a retirada dessas disciplinas e de que forma tais concepções se inscrevem em práticas discursivas que atravessam o campo educacional contemporâneo. O *corpus* da pesquisa se constitui por respostas discursivas fornecidas por docentes da rede estadual de ensino de São Paulo, coletadas por meio de um questionário *on-line* elaborado na plataforma *Google Forms*.<sup>3</sup> O instrumento foi divulgado a professores de diferentes áreas do conhecimento, buscando, assim, assegurar a heterogeneidade do grupo e a ampliação do alcance interpretativo da temática investigada. As respostas, redigidas de maneira livre pelos participantes, constituem o material discursivo que expressa a enunciação em seus diferentes modos e as posições distintas dos sujeitos frente à retirada das disciplinas de Filosofia e Sociologia do ensino médio.

A pesquisa contou com a participação de 15 docentes, cujos enunciados constituem o *corpus* empírico do estudo. Todo o conjunto de enunciados foi analisado em sua integralidade, preservando-se o

---

<sup>3</sup> A presente pesquisa não foi submetida à apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não envolve a coleta de dados pessoais, sensíveis ou identificáveis dos participantes, limitando-se à análise de respostas discursivas anônimas, sem qualquer possibilidade de identificação individual, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes éticas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A coleta de dados foi realizada no período de 20 de outubro de 2024 a 4 de novembro de 2024, por meio de um questionário *on-line* composto por questões fechadas e abertas, sendo estas últimas destinadas à apreensão das percepções docentes acerca da condução das aulas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio. Participaram da pesquisa 15 professores que lecionam nas jurisdições das Diretorias de Ensino de São José do Rio Preto, São Carlos e Barretos.

anonimato dos colaboradores, identificados apenas por numeração (Participante 1 ao 15: P seguido do número). O percurso metodológico desenvolveu-se por meio de três movimentos articulados: descrição, interpretação e problematização.

A descrição ocorreu a partir do panorama histórico-institucional das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Brasil. Já a interpretação dos enunciados, enquanto gesto discursivo, realizou-se à luz da perspectiva foucaultiana, mediante a análise da posição de sujeito assumida pelos docentes, dos efeitos de sentido produzidos, dos silêncios, das interdições e dos procedimentos de exclusão do discurso conforme problematizados por Foucault em *A Ordem do Discurso* (1996), das tensões existentes entre os discursos pedagógicos, políticos e técnicos e, por fim, dos mecanismos de legitimação presentes nas respostas. A interpretação buscou evidenciar os funcionamentos discursivos que constroem modos de compreender a retirada das referidas disciplinas.

Por fim, a problematização, gesto arqueológico e genealógico, realizou-se à luz de conceitos de Foucault (1987; 2019), examinando como os discursos dos docentes revelam estratégias de governo da educação, como a justificativa da qualificação técnica opera como dispositivo de poder, como certos enunciados produzem efeitos de verdade e subjetivação, como a retirada das humanidades se articula a políticas neoliberais de gestão escolar e como se constituem regimes de verdade que desvalorizam a formação crítica.

A problematização buscou compreender como os discursos analisados participam da produção de sujeitos, da manutenção de hierarquias e da naturalização de escolhas políticas que afetam a construção do conhecimento e a própria democracia.

## HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA

Busca-se analisar a forma como o ensino de Filosofia vem perdendo terreno no ensino médio da rede paulista. Sabe-se que a disciplina sempre sofreu estigmas por grande parte de congressistas, governadores e da elite brasileira. Para a elaboração do trabalho, se faz necessária uma retomada do contexto histórico da entrada da disciplina em nosso país. Segundo Mazai e Ribas (2001) o ensino de Filosofia chegou ao Brasil por meio da Companhia de Jesus no século XVI. É notório que os religiosos foram os que se portaram com grande influência na educação brasileira, embora não como únicos. Porém, tal conhecimento foi empregado em conjunto com a catequese dos povos das colônias, ou seja, ensinavam, porém com o intuito de propagar a fé cristã.

Rodrigues (2012) informa que a concepção filosófica, historicamente, ligou-se a saberes abstratos e racionalistas, com enfoque na formação das elites. Segundo a autora, essa característica fez com que, em um primeiro momento, o ensino de Filosofia não se conectasse com a realidade do país; sendo assim, tais particularidades geraram dificuldades para aspectos do pensamento crítico, como a reflexão e a problematização. Nesse sentido, Mazai e Ribas (2001) apontam o teocracismo jesuítico:

Como se pode observar, os jesuítas exerciam, de certa forma, uma espécie de teocracismo, que suscitava assim um monopólio do pensamento e afastava Portugal das contribuições do movimento científico da época, com Descartes, Bacon, Galileu e outros. (MAZAI e RIBAS, 2001, p. 2)

O *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis* foi o guia pedagógico de ensino formulado para o desempenho das atividades educacionais na Colônia e na Metrópole. Borges e Sambugari (2019) apontam que o *Ratio Studiorum* se trata de um método de ensino criado por Inácio de Loyola com o objetivo de nortear as ações educativas dos padres jesuítas. Trata-se da condução máxima de esforços na busca pela concentração de conhecimento sistematizado.

Sendo assim, o *Ratio Studiorum* concentrava toda a base metodológica do ensino filosófico em nosso país. Maciel e Neto (2006) informam que, a partir do século XVI, o ensino público português passa por mudanças significativas, com a direção do ensino público saindo do controle da Universidade de Coimbra e ficando a cargo da Companhia de Jesus.

O controle do ensino público português se estende para a colônia, Brasil. O método jesuítico durou por aproximadamente 200 anos, terminando no século XVIII por meio da reforma promovida por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, quando o ensino passa a ser controlado pela Coroa Portuguesa. Os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal, ocorrendo mudanças significativas nos processos educacionais e filosóficos vigentes na época; porém, o ensino declinou.

Para Mazai e Ribas (2001), o novo modelo educacional, direcionado a aspectos oriundos dos países de Newton e Descartes, continuou entrelaçado a causas nacionais. Outro fator condicionante informado pelos autores se direciona à autorização do Marquês de Pombal para os franciscanos constituírem no Rio de Janeiro uma cátedra filosófica.

Martins (2013) informa que, no período imperial, os debates sobre a constituição de universidades foram frequentes, bem como sobre a criação do ensino superior de filosofia no Brasil; contudo, até meados do século XIX, não se cogitava a constituição de uma universidade no país e muito menos do curso de Filosofia, sendo este curso considerado como desnecessário por muitos.

Em 1808, um fato marcante provocou a necessidade de mudanças na filosofia em solo brasileiro, a chegada de Dom João VI. Pois, de acordo com Hora e Santos (2014), seria necessário novos rumos, afastando-se dos interesses religiosos concentrados em uma educação direcionada ao comércio, com busca por profissionalização, visando atender às necessidades próprias. Sendo assim, o indivíduo se coloca no centro, buscando uma visão ampliada sobre a educação, com um ensino direcionado para a racionalidade e não mais focado na fé. Sendo assim, em 1834, temos a abertura de cursos superiores profissionalizantes e, em 1838, a filosofia se torna obrigatória no ensino secundário.

Martins (2013) indica que o diminuto estudo de Filosofia, a nível superior, ficava exclusivamente por conta das faculdades de Direito e em seminários proferidos pela igreja católica, de caráter tomista, sendo esses os dois espaços de proliferação de estudos de ordem especulativa. O curso de Direito, portanto, se firmava como centro de formação intelectual no século XIX e início do século XX.

Verifica-se, a seguir, quadro com as reformas educacionais ocorridas no Brasil desde o período da Primeira República até o ano de 1964, ano este que culminou com a instauração da ditadura em nosso país.

| PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA ATÉ O REGIME MILITAR |                                         |                                                                                                              |
|----------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PERÍODO                                            | REFORMAS EDUCACIONAIS                   | SITUAÇÃO LEGAL DA FILOSOFIA                                                                                  |
| 1891 - 1900                                        | Reforma Benjamin Constant               | Retirada da Filosofia do grupo das disciplinas obrigatórias.                                                 |
| 1901 - 1909                                        | Reforma Epitácio Pessoa                 | Inclusão da disciplina Lógica como obrigatória no 6º ano do ensino secundário.                               |
| 1910 - 1914                                        | Reforma Rivadávia Corrêa                | Retirada da disciplina Lógica do currículo de ensino e supressão do ensino da Filosofia no curso de Direito. |
| 1915 - 1924                                        | Reforma Carlos Maximiliano              | Inclusão da Lógica e da História da Filosofia como disciplinas facultativas.                                 |
| 1925 - 1930                                        | Reforma Rocha Vaz                       | Inclusão da disciplina História da Filosofia nas duas últimas séries do ensino secundário.                   |
| 1931 - 1941                                        | Reforma Francisco Campos                | Inclusão das disciplinas, História da Filosofia e Lógica no “ciclo complementar”.                            |
| 1942 - 1960                                        | Reforma Gustavo Capanema                | Inclusão da disciplina Filosofia nos currículos dos cursos Clássico e Científico.                            |
| 1961 - 1964                                        | Diretrizes e bases da Educação Nacional | Inclusão da Filosofia como disciplina complementar.                                                          |

Fonte: Costa e Costa (2020, p.13)

Com isso, o ensino de Filosofia passou por intensas transformações desde o seu início com os jesuítas. Hora e Santos (2014) apontam esse processo, informando:

O ensino de filosofia passou por grande metamorfose teve seu ensino obrigatório, depois facultativo e até mesmo uma disciplina complementar e em 1964 a filosofia é eliminada dos currículos devido ao golpe militar. A educação tinha que estar voltada para o desenvolvimento econômico do país, pois a economia outrora estava em alta, e então o Estado necessitava de cidadãos trabalhadores e não cidadãos com pensamentos críticos. Como o papel da filosofia é formar seres pensantes e levar o indivíduo ao questionamento, a filosofia era vista como um perigo, sendo assim não correspondia às expectativas econômicas, passando então a ser desnecessária. Só em 1986 que a filosofia volta aos currículos. (HORA e SANTOS, 2014, p. 1194)

A ditadura militar foi um período de censura ao pensamento crítico e promoveu atrasos circunstanciais no desenvolvimento da Filosofia. Mazai e Ribas (2001) pontuam que, com o término da ditadura, surgem “novas luzes” para o ensino filosófico, com a formulação de uma nova LDB, Lei 9.394/96 e, de forma posterior, em 1999, entram em vigor os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Infelizmente, de maneira decepcionante, a Filosofia é condicionada nos PCNs como conteúdo, sendo que se esperava a incorporação da Filosofia como disciplina. Ressalta-se que os PCNs possuem como foco central a organização dos currículos por competências. Somente, em 2008, por meio da Lei nº 11.684, que promove a alteração do artigo 36 da Lei 9.394/96, é que a Filosofia e a Sociologia se tornam disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio, última etapa da formação básica.

Em 2017, com a Lei nº 13.415, a Filosofia volta a perder espaço, o mesmo ocorre com a Sociologia. A lei em questão desprestigia ambas as disciplinas, colocando-as dentro da área de conhecimento relacionada às ciências humanas e sociais aplicadas. Ambas perdem a obrigatoriedade de serem executadas nos três anos do ensino médio, sendo esse feito possível apenas para as disciplinas de matemática e língua portuguesa. Ressalta-se que, com essas mudanças, o ensino de Filosofia poderá ser trabalhado dentro de itinerários formativos de forma descontextualizada.

## HISTÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

Analisar a importância da inserção da Sociologia no ensino médio é fundamental, já que essa disciplina eleva o senso crítico do aluno, ajudando o discente a analisar, refletir e tirar suas próprias conclusões sobre o mundo e os acontecimentos que o rodeiam. Por se tratar de uma disciplina que eleva o senso crítico, verifica-se seu histórico em solo brasileiro, bem como a luta para a incorporação da disciplina na rede de ensino, no ensino médio, e as mudanças educacionais neoliberais que tendem a lutar contra a manutenção da Sociologia no ensino médio.

A primeira proposta de inserção da Sociologia no Brasil ocorreu no final do século XIX. Rêses (2004) informa que Rui Barbosa, atuando como deputado, apresentou um Projeto em 1882 com o intuito de reestruturar o ensino. Sabe-se que o projeto contemplava a primeira proposta de inserção da Sociologia no curso secundário. Foi proposta a existência de “Elementos de Sociologia” na grade do ensino secundário e as disciplinas “Noções de Economia Política” e “Noções da Vida Social” no primário.

Há uma proximidade temporal entre a apresentação da Sociologia por Comte e o Projeto de Rui Barbosa. O projeto de Rui Barbosa foi proposto 44 anos após Comte ter introduzido a Sociologia como uma nova ciência, conforme indicado por Souza (2021), que aponta 1838 como o ano em que Comte apresentou a Sociologia como uma nova forma de compreender a sociedade. No entanto, vale ressaltar que o termo “Sociologia” tenha sido cunhado pela primeira vez em 1780 pelo francês Emmanuel-Joseph Sieyès.

Tal fato corrobora com Queiroz (2007) ao dizer que o conhecimento sociológico se evidenciava no Brasil, mesmo que de forma incipiente, em um período em que a ciência ainda se constituía no continente europeu e nos Estados Unidos da América, inclusive com um processo de introdução da Sociologia como disciplina na Sorbonne, no final do século XIX, por Durkheim. Foi somente em 1950 que a Sociologia conseguiu desligar-se da Filosofia e da Moral, podendo assim constituir um diploma específico. Sobre a implantação da Sociologia no país, Rêses (2004) e Bordat e Cigales (2021) indicam que sua introdução se deu na “Reforma Benjamin Constant”, como verifica-se a seguir:

No entanto, a Sociologia é introduzida no Brasil após a Proclamação da República na reforma educacional implementada por Benjamin Constant, em 1891. Neste ano, foi criada a cadeira de “Sociologia e Moral” a ser ministrada no sétimo e último ano do ensino secundário, como uma síntese da evolução das ciências estudadas nos anos anteriores. Benjamin Constant, como militar, matemático e positivista exerceu grande influência na difusão das idéias de Augusto Comte. (RÊSES, 2004, p. 6)

Sobre os pareceres de Rui Barbosa e a Reforma Benjamin Constant, Cigales e Arriada (2013) informam que ambas não obtiveram êxito em inserir a disciplina na educação brasileira; todavia, tais medidas deram visibilidade à disciplina no campo político e educacional do país. Sendo assim, embora tenha fracassado a inclusão da Sociologia no currículo, intelectuais brasileiros iniciaram um processo de escrita sociológica, retratando questões direcionadas a um país jovem e com diversidade de temas e problemas a serem explorados.

Santos (2002) observa que a Reforma Benjamin Constant foi aplicada de forma limitada, pois, no final do século XIX, várias medidas legais começaram a modificar gradualmente a estrutura curricular

dessa reforma. Tais medidas foram consolidadas pelo Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, que implementou a reforma de Eptácio Pessoa, excluindo formalmente a Sociologia do currículo, mesmo sem que essa disciplina tivesse sido efetivamente ensinada. Santos (2002) informa que a Sociologia só voltaria em 1925, como se verifica a seguir:

A sociologia somente voltaria a constar no currículo do ensino secundário, em 1925, a partir da Reforma iniciada pelo Ministro Rocha Vaz. Esta teve motivações semelhantes às daquelas da Reforma Benjamin Constant, especialmente, relacionadas à constituição da identidade do ensino secundário como momento de formação de adolescentes. Por isso, uma das principais inovações estabelecidas no Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925 é adoção do regime seriado de seis anos, no qual, a matrícula numa série era condicionada a aprovação na série anterior. (Santos, 2002, p. 31)

Lopes (2024) relata que, em 1942, a Sociologia levou um duro golpe com a Reforma Capanema, sendo excluída como disciplina obrigatória das escolas secundárias. Analisando fontes primárias de arquivo relacionadas à reforma, verifica-se que a saída da Sociologia das escolas esteve ligada a questões religiosas com viés católico, principalmente pelo fato de a Igreja ser base de apoio do Estado Novo. A Igreja, por meio de seus intelectuais, criticava a Sociologia, apontando que ela se apropriava de visões secularistas e anticlericais, portanto, verifica-se que questões políticas e ideológicas foram a causa da exclusão da disciplina.

Sobre o período de redemocratização, entre 1946 e 1964, Rêses (2004) coloca a Sociologia como esquecida, mas discutida, sendo que os debates sobre a reinclusão da Sociologia no Ensino Secundário perpassaram por diversos fóruns acadêmicos. Destacam-se, nesse período, Florestan Fernandes e Costa Pinto, inclusive com Costa Pinto defendendo tese de livre-docência sobre a Sociologia na escola secundária.

Freitas e França (2016), a partir de 1964, indicam que, devido à conjuntura política-ideológica, principalmente com a implantação da Ditadura Militar, houve a priorização pela formação profissionalizante. Nesse período, não foi só a Sociologia que ficou de fora do Ensino Secundário, o mesmo ocorreu com a Filosofia e as Ciências Humanas em geral. De maneira geral, a Ditadura Militar afetou a vida política, social e todo o sistema organizacional educacional.

A Sociologia foi excluída no período da Ditadura Militar, tendo como justificativas questões ideológicas atribuídas à disciplina. Moraes (2011) indica que a ideologização frente à disciplina se tornaria, na década de 80, justificativa para a volta da Sociologia ao ensino médio, atribuindo-se à disciplina o status de marcador de democracia entre governantes e interlocutores. Fica plausível a busca pela reestruturação da disciplina no período de redemocratização do país.

Moraes (2011) aponta que, após a ditadura, a inserção da disciplina não ocorreu de forma unânime no país, como se verifica a seguir:

Com o passar do tempo, boa parte das unidades da Federação haviam incluído a disciplina no currículo de suas escolas, formalmente em leis ou até mesmo nas Constituições Estaduais: ora em todas as séries, ora em uma delas; ora em todas as escolas, ora naquelas que decidissem

incluí-la. Foi-se formando então uma legitimidade dessa presença e até uma expectativa de sua obrigatoriedade. (Moraes, 2011, p. 368)

Moraes (2011) indica que o Estado de São Paulo se tornou pioneiro nesse processo, recomendando a inclusão da Sociologia no currículo de uma das séries. A Resolução (SEE/SP n. 236/83) ampliou a legitimidade da disciplina, foi realizado concurso público e, de forma posterior, foi nomeada equipe técnica por meio de recrutamento de professores atuantes na rede pública. Gerou-se, assim, uma proposta programática para a disciplina, e sua importância na formação dos estudantes se tornou reconhecida, mesmo que de maneira tímida.

Na década de 90, o Brasil viveu a implantação da Lei 9394/96, Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esperava-se, nesse momento, uma lei clara e objetiva referente ao ensino sociológico e filosófico. Contudo, Romano (2009) indica que a lei não deixou claro quanto à forma como seria ensinada a Sociologia, e o mesmo ocorreu com a Filosofia. Tal fato gerou frustração, pois faltou clareza sobre se as disciplinas seriam lecionadas como autônomas ou por meio de outras disciplinas das chamadas humanidades, por meio da interdisciplinaridade.

A obrigatoriedade do ensino de Sociologia ocorreu por meio da Lei nº 11.684, de 2008. A respeito da obrigatoriedade, Vargas (2011) menciona que a lei de 2008 alterou o artigo 36 da LDB, tornando a Sociologia e a Filosofia obrigatórias em todas as etapas do ensino médio. E, posteriormente, como ocorreu com a Filosofia, a Lei nº 13.415, de 2017, fez com que a Sociologia não fosse mais obrigatória com carga horária própria nos três anos do ensino médio, priorizando as disciplinas de Matemática e Português, únicas disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio.

## **DISCURSOS E PODER: A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE A REDUÇÃO DAS AULAS DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Agora sim, analisemos os discursos de docentes da rede estadual de ensino paulista sobre a diminuição das aulas de Sociologia e Filosofia no ano de 2024 sob a ótica do discurso.

Nesse sentido, torna-se essencial compreender que tais discursos emergem em um contexto de disputas curriculares que não são neutras, mas atravessadas por relações de força que organizam o dizer e o não dizer no campo educacional, visto que, para Foucault (2019), poder e saber estão intimamente ligados. Nessa perspectiva, o autor concebe que o conhecimento não surge da atividade mental individual, mas das próprias relações de poder, que delimitam, regulam e sistematizam aquilo que pode ou não ser conhecido.

Para Vandresen (2008), o discurso configura-se como um dispositivo plausível de análise no pensamento de Foucault. Para tanto, faz-se necessária a interpretação de seus métodos, sendo eles a arqueologia e a genealogia. Na perspectiva arqueológica, o discurso é tido como marcado de forma regular, permitindo, assim, que algo surja como verdadeiro. Já na genealogia, a análise do discurso se direciona ao caráter político; sendo assim, Foucault se preocupa em mostrar que o discurso manifesta e gera poder. Daí, o discurso torna-se instrumento de poder quando gera possibilidades para o seu exercício e torna-se seu efeito quando é produzido pelo poder. Sendo assim, o discurso, em Foucault, é o espaço onde se encontram saber e poder alojados.

Esse ponto é fundamental, pois aponta que a redução das humanidades não se trata apenas de uma alteração administrativa, mas da produção de um “regime de verdade”, entendido à luz de Foucault (2019) como uma política geral de verdade que hierarquiza saberes e estabelece quais conhecimentos passam a ser considerados legítimos. Nesse caso, no interior do currículo escolar.

Relembramos: a análise deste trabalho engloba as respostas de 15 professores da rede paulista, coletadas através da plataforma *Forms*. As declarações fornecidas pelos docentes apresentam dados fidedignos de como a redução das aulas de Sociologia e Filosofia impactou os professores e a rede paulista de ensino, inclusive refletindo sobre os discursos de poder e verdade que permeiam o ambiente educacional.

As respostas docentes permitem identificar regularidades discursivas que apontam para uma percepção comum: a de que há um movimento político organizado para deslocar a escola de seu papel crítico-reflexivo para uma função mais tecnicista, alinhada a racionalidades de gestão educacional que, nos termos de Bourdieu e Passeron (2023), contribuem para a reprodução das desigualdades sociais.

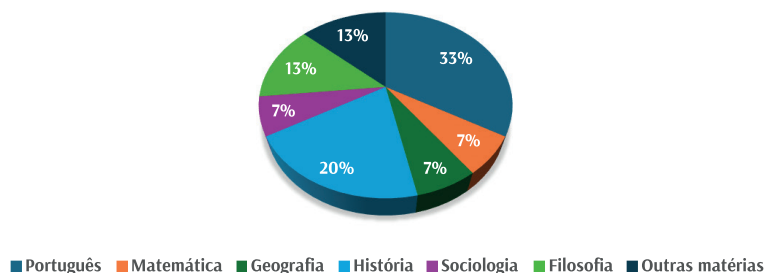
Por meio da análise foucaultiana interpretaremos como as falas dos professores não apenas desnudam o impacto político da decisão, mas também apontam as dinâmicas de poder direcionadas pela estrutura governamental da rede estadual. Nessa perspectiva, os enunciados revelam que o Estado opera mecanismos que, nos termos de Foucault (2008), podem ser compreendidos como formas de governamentalidade, ao orientar o currículo para competências instrumentais, esvaziando dimensões éticas, políticas e cidadãs da formação estudantil. As falas dos docentes encontram ressonância na analítica proposta por Foucault, conforme se observa aqui:

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione segundo essa dupla exigência e a partir dela. (FOUCAULT, 2019, p. 278-279)

Com base nessa formulação Foucaultiana, é possível compreender que o discurso estatal que valoriza o “empreendedorismo” e a “educação financeira” em detrimento da Filosofia e da Sociologia não é neutro. Ele compõe uma economia discursiva que busca produzir sujeitos adaptáveis ao mercado, e não sujeitos críticos capazes de problematizar as condições sociais que os atravessam.

Os discursos serão expostos e analisados, e os docentes serão identificados por numeração (exemplo: P 1), totalizando o número de participantes. Porém, em um primeiro momento, serão indicadas as disciplinas nas quais os 15 profissionais que responderam ao formulário atuam.

### Disciplinas ministradas pelos participantes em porcentagem



Verifica-se que a disciplina com o maior número de participantes é Língua Portuguesa, seguida por História. Participou do questionário 1 professor de exatas (Matemática). Além disso, responderam 2 professores de Filosofia, 1 de Sociologia, 1 de Geografia e 2 de outras matérias.

Os professores comentaram, em um pequeno texto, sua opinião a respeito da diminuição das aulas de Filosofia e Sociologia no ensino médio da rede paulista, opinando, inclusive, sobre o possível motivo da redução dessas disciplinas, segundo sua análise. Questionou-se se seria uma tentativa de acabar com a criticidade dos alunos, assim como com a formação ética, a reflexão sobre a sociedade e o desenvolvimento de habilidades de argumentação, perguntando sobre as consequências enxergadas pelos docentes na diminuição das aulas de Sociologia e Filosofia.

Esse conjunto de enunciados permite mapear uma formação discursiva docente que compreende a redução das humanidades como um ataque direto à função social da escola, entendida tradicionalmente como espaço de resistência, reflexão e construção de saberes. A partir de agora, inicia-se a análise discursiva dos participantes. Na participação do primeiro docente, verificam-se a seguir seus apontamentos:

*P 1. Há claramente um posicionamento do governo em reduzir a carga de ciências humanas do ensino médio para “abrir espaço” para formas de conhecimento que a atual gestão julga mais interessante, como empreendedorismo, educação financeira, robótica etc. Diante desse brutal ataque as consequências a construção de um cidadão consciente e autônomo torna-se mera abstração pedagógica.*

Sobre o apontamento efetuado pelo professor acima, constata-se uma óbvia redução da carga de Ciências Humanas no ensino médio, com o intuito de viabilizar espaço para disciplinas que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) julga mais importantes. O professor indica que, dessa maneira, promove-se uma abstração pedagógica no tocante à formação de um cidadão consciente e autônomo.

Tal afirmação revela um deslocamento discursivo na política educacional, que desqualifica saberes críticos e valoriza saberes operacionais, operando procedimentos de hierarquização e legitimação dos saberes que, conforme discutido por Foucault na *Microfísica do poder* (2019), produzem efeitos de verdade capazes de justificar esse rearranjo curricular.

Foucault (1987, p. 86) utiliza o pensamento de J. M. Servan para denotar a perpetuação da ação sobre a ideia do indivíduo como meio de dominá-lo. De acordo com o autor, ao se conseguir formar uma cadeia de ideias na mente dos cidadãos, toma-se a conduzi-los e torna-se seu senhor, pois quem governa de forma autoritária pode coagir com correntes, mas o político astuto os amarra por meio de correntes de ideias. O pensamento de Servan apontado por Foucault (1987) torna ainda mais evidente o perigo da retirada das humanidades: ao reduzir o espaço escolar destinado à reflexão e ao questionamento, cria-se uma pedagogia da conformidade, que molda subjetividades dóceis e pouco propensas à contestação.

O P 2 indica que a mudança na grade, em desfavor de Sociologia e Filosofia, trata-se de uma questão política, ressaltando que o posicionamento dos gestores máximos do Estado é de conhecimento geral:

*P 2. Essa entrada de novas matérias e retirada de outras é uma questão política. Todos sabemos como pensa essas pessoas que querem acabar com essa disciplina. Projeto de dominação política! Querem cercear seu direito de pensar.*

No final, da resposta o P 2 fala da retirada do direito de pensar corroborando com a perspectiva foucaultiana acerca das relações entre poder, saber e produção de subjetividades (FOUCAULT, 1987), uma vez que o informante atribui tal processo à atuação de instâncias governamentais atuando na diminuição do pensamento crítico dos alunos. Quase da mesma forma, o P 3 aponta que, com menos tempo dedicado aos estudos de Filosofia e Sociologia, os alunos não conseguem aprimorar competências essenciais para uma sociedade justa, de direito e democrática.

*P 3. Com menos tempo dedicado aos estudos de Filosofia e Sociologia, os alunos perdem a oportunidade de explorar temas como cidadania, ética, justiça e política de maneira mais profunda. Essas aulas incentivam habilidades que vão além do conhecimento técnico, como o diálogo, a análise e a compreensão da diversidade cultural e de perspectivas, competências essenciais para uma sociedade democrática e de direito.*

À luz da perspectiva foucaultiana, o enunciado de P3 não se limita ao conteúdo explícito da fala, mas deve ser compreendido a partir dos silêncios e das interdições que atravessam sua formulação. Ao afirmar que a redução das aulas de Filosofia e Sociologia compromete o desenvolvimento de competências essenciais para uma sociedade democrática e de direito, o discurso do docente evidencia, simultaneamente, os limites impostos ao pensamento crítico no contexto escolar. Esses silenciamentos não se configuram como simples ausências, mas como efeitos de procedimentos de exclusão do discurso, que regulam o que pode ser dito e de que modo pode ser enunciado, conforme problematizado por Foucault em *A Ordem do Discurso* (1996). Desse modo, a diminuição do tempo dedicado a essas disciplinas pode ser compreendida como uma estratégia que incide sobre a produção do saber e sobre a formação de sujeitos, restringindo as condições de possibilidade para o exercício do pensamento crítico e da participação democrática.

Indo um pouco além, verificam-se logo abaixo os posicionamentos discursivos de outros participantes:

- P 4. *Acho um tremendo absurdo, uma vez que tais disciplinas são fundamentais para a construção do pensamento humano.*
- P 5. *Trata-se de uma busca pelo ensino técnico e em desmerecimento de disciplinas que trabalham com a consciência crítica.*
- P 6. *Não pode diminuir as aulas; são muito importantes para os alunos.*
- P 7. *Um absurdo, já que são matérias essenciais.*
- P 8. *Deveria ter Filosofia no ensino médio.*
- P 9. *Não estamos formando alunos críticos.*

Verifica-se entre esses participantes a necessidade de formação de alunos críticos. Eles mostram que os professores se preocupam com a diminuição ou ausência dessa formação no ensino médio da rede paulista, principalmente, em 2024, pois a ausência das disciplinas Sociologia e Filosofia gerou prejuízos irreparáveis para os discentes. O mesmo posicionamento se verifica em outros participantes:

- P 10. *É um regresso; infelizmente, tira a capacidade dos alunos de reflexão e análise crítica acerca do mundo em que vivemos. Os alunos ficam impossibilitados de aprender a dominar a leitura crítica sobre o mundo e a sociedade em que vivemos.*
- P 11. *Sem aulas de Filosofia e Sociologia, os alunos do ensino médio perdem a capacidade de refletir sobre os problemas sociais e suas causas. O ensino dessas disciplinas é de grande importância para o desenvolvimento crítico dos estudantes. Tirar essas disciplinas da grade escolar seria a mesma coisa que eliminar parte do cérebro dessa geração.*
- P 12. *A impressão que se tem é a de que o governo busca ampliar a formação técnica voltada para o mercado de trabalho e reservar o domínio do pensamento crítico àqueles que historicamente o tiveram - brancos, ricos e pertencentes a uma classe dotada de capital material e simbólico, do qual não quer abrir mão. Como consequência, a desigualdade social será intensificada - trata-se de uma restrição ao acesso que permite a mobilidade via estudo.*

Os P 10 e 11 afirmam que, sem Filosofia e Sociologia no ensino médio, os alunos perdem a possibilidade de refletir sobre os problemas sociais que os afetam. O mesmo posicionamento vislumbra-se no P 12. Porém, este relata que retirar o pensamento crítico dos alunos da rede pública paulista, na verdade, reserva-o para aqueles que historicamente sempre a tiveram, ou seja, os brancos e ricos, pertencentes a uma classe superior financeiramente. Uma justificativa plausível para os apontamentos do informante 12 encontra-se em Bourdieu (2007).

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. Justamente porque os mecanismos de eliminação agem durante o cursus, é legítimo aprender os efeitos desses mecanismos nos graus mais elevados da carreira escolar. [...] (BOURDIEU, 2007, p. 41)

O P 12 retrata as características da população mais excluída dentro do processo educacional. Verifica-se que a maioria dos excluídos são alunos oriundos da rede pública, corroborando o apontado por Bourdieu (2007), pois o autor afirma que um jovem da camada superior tem 80 vezes mais chances de entrar na universidade quando comparado ao filho de um trabalhador agrícola e 40 vezes mais chances quando comparado ao filho de um operário, sendo ainda favorecido em relação a um jovem de classe média, com duas vezes mais chances de acesso à universidade. Por fim, verifica-se o posicionamento dos P 13, 14 e 15:

*P. 13. Sociologia não tem no primeiro ano; já no segundo e no terceiro, dependendo do itinerário formativo, também não tem.*

*P 14. Eu trabalho em uma escola com Projeto de Período Integral (PPP), na qual foram incluídos outros componentes curriculares de acordo com o itinerário formativo. Não tenho conhecimento de como está a situação e a quantidade de aulas de Filosofia nas outras unidades. A disciplina de Filosofia é essencial para auxiliar na argumentação e no pensamento reflexivo, o que se faz necessário principalmente nos anos atuais.*

*P 15. A ausência dessas aulas pode causar uma apatia nos alunos e, assim, diminuir seu posicionamento perante algumas situações do cotidiano.*

O P 13 relata que a disciplina de Sociologia não é oferecida no primeiro ano do ensino médio e, no segundo e terceiro anos, também pode não ser ministrada, dependendo do itinerário formativo. O P 14 observa que, embora a Filosofia seja fundamental para a argumentação, na escola onde trabalha foram incorporados outros componentes curriculares de acordo com o itinerário formativo. Por fim, o P 15 aponta que a ausência dessas aulas pode gerar apatia nos alunos, afetando seu posicionamento no dia a dia.

Todos os participantes indicaram uma redução no número de aulas de Filosofia e Sociologia no ensino médio em 2024, quando comparado com o ano de 2023. Verifica-se, como exposto por P 13, uma substituição gradual das aulas de Filosofia e Sociologia por itinerários formativos.

Destarte, ao retomar o gráfico, ressalta-se que 33% dos professores que responderam à pesquisa são de Português, 7% de Matemática, e outros 13% indicaram lecionar outras disciplinas. Assim, embora 53% sejam de áreas distintas, ou seja, não lecionem Sociologia, Filosofia ou qualquer outra matéria da área de Ciências Humanas, verificou-se em suas falas a importância de Filosofia e Sociologia para a formação ética e crítica dos alunos, fomentando, desse modo, oportunidades para que se transformem em cidadãos conscientes de si e do mundo em que vivem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desmonte e o ataque que as aulas de Filosofia e Sociologia no ensino médio paulista vêm sofrendo, com maior intensidade em 2024, indicam um evento complexo que transcende os aspectos pedagógicos e se insere em um contexto mais amplo de disputa pelo poder. A análise foucaultiana dos discursos proferidos frente à temática elencada nos possibilita desnudar as estratégias discursivas empregadas para dar legitimidade a essa política e a seus resultados na formação crítica dos estudantes.

Sobre discurso e poder, Foucault (2019) revela que, nas sociedades, as relações de poder podem ser encontradas em todas as partes, permeando todas as camadas da estrutura social. Em relação às relações de poder, Foucault indica que elas não atuam de forma isolada, sendo intrinsecamente ligadas à produção e disseminação de discursos.

Ao longo desta abordagem, ficou demonstrado como o discurso acerca da relevância de desenvolver uma força de trabalho qualificada para o mercado é utilizado pelo Estado como justificativa plausível para a redução das aulas de Filosofia e Sociologia. A narrativa empregada, ao valorizar o conhecimento técnico em vez do pensamento crítico e da reflexão sobre a sociedade, contribui para a produção de sujeitos obedientes e alinhados com os interesses das elites do país controladoras do poder.

Encontra-se uma explicação plausível para essa narrativa em Foucault (2019), que nos remete à “economia dos discursos de verdade”, ou seja, como os discursos, enquanto sistemas de pensamento ou conhecimento, são vigiados, controlados, produzidos e legitimados dentro da sociedade. Para Foucault, poder e discurso são interdependentes, uma vez que o poder é exercido por meio da produção e controle discursivo, sendo que os discursos fortalecem as relações de poder e lhes dão sustentação (FOUCAULT, 2019).

Ressalta-se que a análise dos discursos dos docentes revelou uma preocupação profunda com a perda da criticidade, da autonomia e da formação de pessoas conscientes e preparadas. Ao silenciar a voz dos professores, a política de diminuição das aulas de Filosofia e Sociologia provoca extrema desvalorização dos professores. Contudo, o mais drástico é que ignora as demandas dos estudantes e suas necessidades.

É de extrema importância compreender que a diminuição das aulas de Filosofia e Sociologia não se trata de um fenômeno isolado, mas faz parte de um projeto político maior que busca a desconstrução da educação pública e o esmorecimento da crítica social. Ao diminuir o acesso ao conhecimento e à criticidade produzida por ele, bem como à reflexão sobre os problemas sociais, essa política visa à perpetuação das desigualdades e escarnece a democracia brasileira.

Diante dessa situação, torna-se necessária a mobilização da sociedade em defesa de seu bem maior, a educação pública de qualidade e seu poder de desestabilizar o sistema. Por fim, faz-se necessária a união da sociedade como um todo - isto é, alunos, pais, professores e agentes sociais - para lutar pelos direitos educacionais, exigindo a garantia do ensino de Filosofia e Sociologia em todas as escolas do ensino médio.

## REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 123-145, jan.-mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/LQdm3DtgrTFYdxpXNV5d6B>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BORGES, Dalete de Souza Salles; SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento. *A educação jesuíta e o método de ensino Ratio Studiorum*. Comunicação oral apresentada no IV Congresso de Educação do CPAN - III Semana Integrada Graduação e Pós-Graduação do CPAN, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, 2019. Disponível em: [https://cecpn.ufms.br/files/2019/12/C\\_33\\_.pdf](https://cecpn.ufms.br/files/2019/12/C_33_.pdf). Acesso em: 6 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 1999.

BRASIL. **Lei Nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.ºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

CACIANO, Caroline; SILVA, Giuliana Arboite da. Foucault e educação: as práticas de poder e a escola atual. **Revista e-Ped-FACOS**, p. 224-261, 2012. Disponível em [https://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto\\_2012/pdf/foucault\\_e\\_educacao\\_-\\_as\\_praticas\\_de\\_poder\\_e\\_a\\_escola\\_atual.pdf](https://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/foucault_e_educacao_-_as_praticas_de_poder_e_a_escola_atual.pdf). Acesso em 4 nov. 2024.

CIGALES, M. P.; ARRIADA, E. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 1882-1942. **Perspectivas Sociais**, n. 1, p.86-100, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/2139>. Acesso em: 3 nov. 2024.

COSTA, Valcicléia Pereira da; COSTA, Deodato Ferreira da. Trajetória da presença-ausência do ensino de filosofia nas reformas educacionais desde os portugueses aos tempos hodiernos. **PRISMA**, v. 2, n. 2, p. 1-23, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/7218/3962>. Acesso em: 6 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da sociologia e de sua inserção no ensino médio. **Movimentação**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, v. 3, n. 5, p. 39-55, 2016. ISSN 2358-9205. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>. Acesso em: 2 de nov.2024.

HORA, Flavia Barbosa da; SANTOS, Adriana Conceição dos. A importância do ensino da filosofia para os dias atuais. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3.; SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E GEOEDUCACIONAIS - SINECGEO, 3., 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). **Anais...** Fortaleza (CE), 2014. p. 1189-1198.

LOPES, Thiago da Costa. A sociologia sai da escola: a Reforma Capanema de 1942 e as disputas dos católicos em torno da disciplina no Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 24, p. e334, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/bbMcwKQWYGrkCym7jksY4wv/>. Acesso em: 4 de nov. 2024.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e pesquisa**, v. 32, n. 03, p. 465-476, 2006. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000300003&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000300003&script=sci_abstract). Acesso em: 1 de nov. 2024.

MARTINS, Angela Maria Souza. Considerações históricas sobre o ensino de filosofia no Brasil do período colonial até o século XX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 49, p. 309-321, 2013. DOI: 10.20396/rho.v13i49.8640334. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640334>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MAZAI, Norberto; RIBAS, Maria Alice Coelho. Trajetória do ensino de Filosofia no Brasil. **Disciplinarum Scientia| Ciências Humanas**, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2001.

MORAES, Amaury César. **Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. Cadernos Cedes, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-32622011000300004>. Acesso em: 06 nov. 2024

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros: ensaio metodológico. **Cadernos CERU**, São Paulo, Brasil, n. 18, p. 11-33, 2007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/11830>. Acesso em: 6 nov. 2024.

RÊSES, Erlando da Silva. ...E com a palavra: os alunos. Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio. 2004. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. O ensino da Filosofia no Brasil no contexto das políticas educacionais contemporâneas em suas determinações legais e paradigmáticas. **Educar em Revista**, n. 46, p. 69-82, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/CdywN8vpFQXJBFbvk3hF5qQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2024.

ROMANO, Fábio Geraldo. A luta em defesa da Sociologia no Ensino Médio: 1996-2007: um estudo sobre a invenção das tradições. 2009. 155 f. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2009.

SANTOS, Mário Bispo dos. A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. 2002. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SOUZA, Alberto Carlos de (org.). **Humanidades e Ciências Sociais: uma análise institucional**. Rio Branco: Stricto Sensu, 2021.

VANDRESEN, Daniel Salésio. O discurso como um elemento de articulação entre a arqueologia e a genealogia de Michel Foucault. 2008. 121 f. **Dissertação** (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2008.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. **O ensino da Sociologia: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-da-Sociologia.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024.